

IPEA divulga estudo sobre MDL e legislação ambiental

Categories : [Notícias](#)

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) divulgou nesta semana dois comunicados, um sobre utilização do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) e o outro sobre Direito Ambiental e a Lei de Crimes Ambientais. Ambos fazem parte de um conjunto amplo de estudos que tem sido chamado, dentro da instituição, de Eixos do Desenvolvimento Brasileiro.

O Comunicado nº 80 trata dos panoramas brasileiro e mundial do MDL. Dentre os resultados, destaca-se que a maior utilização do Mecanismo poderia ser elemento importante para viabilizar projetos ou políticas públicas que contribuam ao desenvolvimento sustentável do país. Nesse contexto, o setor de saneamento básico, em particular o de disposição de resíduos sólidos, é o que apresenta maior potencial para a utilização de um MDL devido ao tamanho dos projetos, as experiências acumuladas com aterros sanitários que deram certo e a necessidade de alternativas de financiamento no setor.

No que se refere à precariedade dos órgãos ambientais municipais, o que poderia dificultar as estratégias de gestão do lixo e conseqüentemente na utilização do MDL, o Ipea ressalta que cabe ao Governo Federal ter uma política proativa. Assim, sugere que o Projeto Brasil Municípios é um instrumento importante para capacitar as prefeituras a definir estratégias eficientes e eficazes, levando em conta as especificidades locais e ao mesmo tempo se beneficiando de cooperação com outros municípios.

Outros temas como as questões do mercado de carbono (seus volumes e valores), as políticas públicas e medidas de desenvolvimento sustentável e os projetos de geração de energia a partir de aterros também são abordados no Comunicado nº 80.

Já o Comunicado nº 81, sobre a legislação ambiental, está dividido em duas partes. Na primeira, aborda os princípios que norteiam o direito ambiental brasileiro, os limites de sua implantação, as perspectivas para a legislação ambiental e a efetividade e a eficácia das normas ambientais no Brasil. Na segunda parte, destaca a responsabilidade ambiental, o regime de sanções, de incentivos e diversas leis sobre o tema. Nas considerações do Comunicado são destacadas as imperfeições da Lei de Crimes Ambientais, diretamente relacionada às mudanças no Código Florestal Brasileiro que estão em discussão. Entre as lacunas da lei, o Ipea critica as falhas na definição dos tipos penais e declara que nem sempre a aplicação de sanções traz o melhor resultado para o homem e o meio ambiente. A melhor solução sugerida pelo Instituto seria encontrar uma alternativa que busque a prevenção e a reparação dos danos ao meio ambiente.

O livro Sustentabilidade Ambiental no Brasil: Biodiversidade, economia e bem-estar humano, cujos capítulos deram origem aos comunicados da série, contém outros 14 capítulos sobre temas relacionados ao meio ambiente no Brasil. Os comunicados já estão disponíveis no [site do Ipea](#).

(Flávia Moraes)

[Comunicado 80](#)

[Comunicado 81](#)